

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Na terra do realismo fantástico](#) 2

[Título: Zero à esquerda](#) 3

Folha de S. Paulo

[Título: Bolsa sem valores](#) 12

Sumário

VEÍCULO: O Globo2

Título: Na terra do realismo fantástico 2

Título: Zero à esquerda 3

Título: Nova chance desperdiçada 3

Título: Dinheiro do petróleo será usado para cobrir rombo previdenciário por 3 anos..... 6

Título: Municípios que criaram fundos no passado não tiveram sucesso 7

Título: Cidades dependem cada vez mais do petróleo 9

Título: Saem obras mirabolantes, entra custeio 10

Título: Leis limitam uso dos 'royalties' 12

VEÍCULO: Folha de S. Paulo12

Título: Bolsa sem valores..... 12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo14

Título: Despesas básicas sobem mais que a inflação e tiram R\$ 14,5 bi do consumo 14

Título: Transposição custará R\$ 800 mi ao ano 15

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bernardo Mello Franco****Título: Na terra do realismo fantástico**

A América Latina é a terra do realismo fantástico. Nos últimos dias, os chefes de Estado do continente se reuniram para debater medidas de combate à corrupção. O Brasil foi representado por Michel Temer, alvo de duas denúncias e dois inquéritos criminais. Ontem o presidente dissertou sobre o assunto da cúpula em tom professoral. “Não se pode tolerar a corrupção.

A corrupção destrói tecidos sociais, compromete a gestão pública e privada, tira recursos valiosos da educação, da saúde, da segurança. O combate à corrupção é imperativo da democracia”, afirmou. Antes do discurso, um repórter quis saber se ele se sentia constrangido. “Muito pelo contrário”, respondeu Temer, com um sorriso. “É um tema que enaltece o governo brasileiro, porque no Brasil as instituições funcionam com toda a regularidade”, acrescentou.

Na segunda-feira, a Justiça aceitou denúncia contra nove acusados de integrar o “quadrilhão” do PMDB. Estão na lista o ex-deputado Eduardo Cunha, que pilotou o impeachment, e os ex-ministros Geddel Vieira Lima e Henrique Alves. Também viraram réus Rodrigo Rocha Loures, o deputado da mala, e dois suspeitos de recolher propina para o presidente: o advogado José Yunes e o coronel João Baptista Lima.

A Procuradoria pediu a prisão de todo o grupo e descreveu Temer como “líder da organização criminoso”. Na terça, o presidente deu posse a 11 ministros. Um foi denunciado por corrupção, outro responde a ação por furto de energia, o terceiro foi condenado por improbidade e o quarto foi preso em flagrante por porte ilegal de arma. “Não vamos nos incomodar com críticas”, disse Temer, na quinta-feira.

“Não vamos nos incomodar com aqueles que querem dizer: ‘Não, não pode etc, isso, aquilo’. Nós vamos em frente. Enquanto as pessoas protestam, a caravana do governo vai trabalhando”, desdenhou.

As ações da Eletrobrás desabaram desde que **Moreira Franco** assumiu o **Ministério de Minas e Energia**. Com a desvalorização da estatal, a União perdeu R\$ 2,6 bilhões em uma semana, segundo a “Folha de S.Paulo”. É o foro privilegiado mais caro do mundo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Zero à esquerda**

Depois da conturbada sessão, quinta, da comissão que trata do projeto de privatização da Eletrobrás, na Câmara, um grupo de deputados abordou o relator, José Carlos Aleluia (BA), para levantar a possibilidade de convocação do **Ministro Moreira Franco** para uma audiência pública. No que o relator, sem muita cerimônia, emendou para quem quisesse ouvir: “O ministro, não. É um zero à esquerda no assunto”.

Refinaria Manguinhos

O MP estadual do Rio denunciou cinco administradores da Refinaria Manguinhos, acusados de fraudes à fiscalização tributária, em 2008. A sonegação teria chegado a R\$ 92 milhões, em valores corrigidos. A ação foi distribuída ao juiz André Ricardo de Franciscis, da 28ª Vara Criminal do Rio.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez****Título: Nova chance desperdiçada**

Estado e prefeituras do Rio vão triplicar "royalties" até 2030, mas recursos ainda vão para despesas

-Rio, Maricá e Cabo Frio- O Estado do Rio e as prefeituras fluminenses vão triplicar o volume de royalties da indústria do petróleo até 2030, mas os recursos ainda deverão ser destinados, principalmente, para custeio de pessoal e saneamento das contas públicas, como pagamento de dívidas e cobertura do déficit previdenciário. Apesar da previsão de uma nova época de bonança no setor, os governos não estão se preparando para investir de forma a promover desenvolvimento, diversificar suas economias — reduzindo a dependência do petróleo — e evitar a repetição de erros do passado. Cabo Frio, por exemplo, usará os recursos para pagar salários e fazer conservação das vias da cidade. Em Angra dos Reis, o dinheiro terá como destino limpeza e manutenção. Campos dos Goytacazes, um dos municípios que mais recebeu royalties na fase de expansão anterior do setor, tem hoje um rombo mensal de R\$ 30 milhões e ainda está tentando arrumar as contas públicas.

Nas últimas semanas, algumas cidades foram além e anunciaram a criação de fundos para "planejar" o futuro. Maricá, cidade que mais embolsa royalties hoje em todo o Estado do Rio, vai destinar 5% do valor total que recebe para criar uma poupança com o objetivo de investir em projetos que gerem expansão da economia local, mesmo que haja queda na arrecadação dos royalties. Niterói planeja algo similar. Mas, para especialistas em finanças municipais, é preciso ir além e pensar a médio e longo prazos, com a criação de políticas estratégicas e articuladas com as cidades vizinhas. É preciso ainda, dizem economistas, mais fiscalização e auditorias internas e externas.

O debate sobre o uso dos recursos voltou ao radar dos analistas — e da população — com a previsão de alta dos royalties para os próximos anos, reflexo da retomada da Bacia de Campos, do aumento dos investimentos da Petrobras e da maior produção no pré-sal. Segundo projeção feita pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico a pedido do GLOBO, o estado verá o volume de recursos quase triplicar: subirá de R\$ 7,11 bilhões, em 2017, para R\$ 19,88 bilhões em 2030.

ROYALTIES SOMARÃO R\$ 32 BILHÕES EM 2030

Mesmo movimento terão os municípios fluminenses. Após terem somado R\$ 3,9 bilhões no ano passado, os recursos chegarão a R\$ 12,53 bilhões em 2030. Assim, juntos, estado e cidades receberão R\$ 32,41 bilhões em 2030. Projeção semelhante tem a Firjan, que prevê alta no mesmo patamar.

— Os números refletem as previsões de aumento da produção e dos preços — diz Karine Fragoso, gerente de Petróleo, Gás e Naval do Sistema Firjan.

O advogado Alexandre Calmon, da Tauil & Chequer Advogados, confirma as projeções de que a arrecadação do Estado do Rio e municípios pode triplicar até 2030: — Não é absurdo triplicar porque tem a entrada nos próximos anos de diversas unidades no pré-sal, além dos leilões do ano passado, deste ano, e os previstos para o próximo ano. O calendário de leilões impõe uma retomada.

José Luis Vianna, professor da pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFF e da Universidade Cândido Mendes, avalia que o Rio, com a retomada dos preços do petróleo, terá uma nova oportunidade para usar os recursos de forma correta e evitar os gastos desnecessários do passado, como a colocação de pisos de porcelanato na orla em Rio das Ostras e a construção, em Campos, da Cidade da Criança, chamada de Disney brasileira.

— Algumas cidades anunciaram a criação de fundos. Mas isso não basta. É preciso uma estratégia. O valor do petróleo é imprevisível. Vemos uma tendência de as prefeituras usarem os recursos para cobrir despesas. E é

importante impulsionar a arrecadação própria, o que ainda verificamos pouco. As cidades têm de pensar em conjunto para distribuir as políticas públicas — explicou Vianna.

Maricá, que recebeu R\$ 746,7 milhões em royalties e participações especiais (PEs) em 2017 e prevê receber R\$ 1,1 bilhão neste ano, enfrenta duas grandes carências: só 4% da população têm tratamento de esgoto e 35%, acesso à água. A reportagem do GLOBO constatou que os bairros mais afastados do Centro ainda precisam de fortes investimentos. Em Condado de Maricá, não há asfalto, saneamento básico, água encanada e até recentemente havia problemas de coleta de lixo, relataram moradores. Em Jacaroá, a lagoa sofre com despejo de esgoto e pouca infraestrutura. Leonardo Alves, secretário de Orçamento, Planejamento e Gestão de Maricá, admite as carências de esgoto e água. Ele destacou a construção de duas estações de tratamento de esgoto e de um projeto da barragem para trazer água.

O secretário lembrou que um fundo que reserva 5% da arrecadação com petróleo para projetos de desenvolvimento da cidade começa a funcionar neste mês, com um primeiro depósito de R\$ 30 milhões. A meta é chegar a R\$ 1,2 bilhão em dez anos. Pela lei que criou o fundo, os rendimentos só serão usados, se necessário, em projetos que gerem expansão da economia local, destacou o secretário. Já Niterói encaminhou à Câmara dos Vereadores um projeto de lei propondo a criação de um fundo que prevê receber de 5% a 10% dos recursos anuais dos royalties, devendo atingir R\$ 3 bilhões em 20 anos. O prefeito Rodrigo Neves (PDT-RJ) afirmou que vem investindo os recursos em obras de mobilidade urbana e saneamento:

— Queremos criar uma poupança, um fundo de estabilização fiscal de longo prazo. A ideia é reservar uma parcela dessas receitas para proteger Niterói das oscilações dos preços do petróleo.

NA NORUEGA, 96% VÃO PARA FUNDO

Os percentuais de recursos que devem ser aplicados nestes fundos são bem menores do que em experiências no exterior. Na Noruega, por exemplo, 96% dos royalties são destinados a um fundo.

— Na Noruega, o governo só pode usar 4%. Em Maricá, o governo que usar 95% e guardar 5%. Mas a situação do país europeu é melhor do que a dos municípios, que sempre utilizaram 100%. É preciso ter política estratégica e saber a vocação da cidade — disse Rodrigo Lira, professor do doutorado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes.

Em Cabo Frio, 40% dos royalties são direcionados para pagar dívidas. O restante é usado para gastos com pessoal, como médicos e professores, e para limpeza das vias.

— Hoje, o dinheiro dos royalties só dá para tapar buraco. Não dá para fazer asfalto. Se você vai para a periferia, percebe que ainda há muito a fazer. No ano passado, usamos os recursos para limpeza, folha de pagamento e pagar as contas atrasadas, como a de energia elétrica. O desafio é equalizar a dívida, de R\$ 1 bilhão. Do total, metade é com a previdência. Precisamos investir no sistema de esgoto e não fazer só reparos. Os veículos da prefeitura e da segurança municipal precisam ser renovados. Ainda estamos ajustando as contas — disse Clésio Guimarães, secretário de Fazenda de Cabo Frio.

Macaé, que tem em curso um programa de redução de custos, tem como prioridade voltar a atrair a indústria petrolífera e gerar empregos. O prefeito garante que os recursos vem sendo investidos em infraestrutura. Em 2012, a cidade quase não tinha esgoto tratado. Hoje, chega a cerca de 40% da população.

— Macaé está com o pé no chão. A crise trouxe amadurecimento — afirmou o prefeito de Macaé, Aluizio Júnior (PMDB-RJ).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: Dinheiro do petróleo será usado para cobrir rombo previdenciário por 3 anos

Governo do Rio deu como garantia receita futura para emitir títulos no exterior de US\$ 600 milhões

O Estado do Rio, em Regime de Recuperação Fiscal, ainda vai demorar para investir os recursos dos royalties e das participações especiais (PEs) do petróleo em melhorias de infraestrutura e na diversificação da atividade econômica. Isso porque esse volume de dinheiro será usado, pelo menos nos próximos três anos, para cobrir o rombo da previdência do estado. A afirmação foi feita por Christino Áureo, que acabou de deixar o cargo de secretário estadual da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Estado.

Segundo as projeções da secretaria, o estado deve receber neste ano cerca de R\$ 10,5 bilhões. Em 2030, o valor quase triplicará: R\$ 19,88 bilhões. Segundo Áureo, a chance de usar os recursos em investimentos, com a criação de um fundo, só será possível após as contas estarem saneadas. O governo fechou na sexta-feira uma emissão de títulos no exterior de US\$ 600 milhões tendo

royalties futuros como garantia, conforme antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim em seu blog. De acordo com Áureo, essa operação vai para o Rio Previdência. A estratégia de captar recursos no mercado oferecendo como garantia royalties futuros do petróleo já foi usada no passado, mas o Estado ainda tem déficit na previdência.

— O erro está em ter um déficit da previdência pública. Não tem como fugir desse problema. Do déficit de R\$ 20 bilhões do Estado em 2017, R\$ 13 bilhões são da previdência. Eu sou um defensor de que se tenha a apropriação dos royalties para a criação de um fundo. Isso poderá ser feito, mas é melhor resolver os problemas atuais e chegar em 2021 com mais estabilidade. Essa é a chance de construir um futuro melhor — destacou Áureo

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: Municípios que criaram fundos no passado não tiveram sucesso

Campos levou calote de R\$ 400 milhões, e Quissamã não atraiu empresas

-Rio, Maricá e Cabo Frio -Embora Maricá e Niterói estejam criando seus próprios fundos, experiências similares realizadas nas décadas passadas se mostraram fracassadas. Um desses casos é o Fundecam, de Campos dos Goytacazes. Criado em 2001, o programa, que emprestava dinheiro a juros subsidiados a empresas que não atuavam no setor de óleo e gás, tem hoje uma inadimplência de R\$ 400 milhões. A cidade tenta reaver na Justiça parte desses recursos.

Assim, a prefeitura decidiu redesenhar o fundo, que passou a se chamar Fundecam Crédito Certo, voltado para estimular os microempreendedores da região. Nessa nova fase, a meta é liberar neste ano R\$ 1,5 milhão para os empreendedores com linhas de empréstimos que contam com valor inicial de R\$ 3 mil para investimento e R\$ 2 mil para capital de giro.

— O objetivo é desenvolver um ambiente favorável de negócios em Campos, intensificando a desburocratização e o desenvolvimento da sinergia entre universidades, empresas e governo — disse o secretário de Desenvolvimento Econômico de Campos, Felipe Quintanilha.

FALTA DE AÇÃO COORDENADA

Outra cidade que não foi muito bem-sucedida com a criação de um fundo foi Quissamã, avalia José Luis Vianna, professor da pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFF e da Universidade Cândido Mendes. Ele

lembrou que o município não conseguiu atrair empresas para se instalarem na região.

— A cidade criou zonas especiais de incentivo com plano diretor, mas não vingou, pois sofreu com a concorrência de Macaé e Campos, mais próximas da BR-101. As cidades precisam se articular. A experiência de criação de fundos se mostra frustrada até hoje no Rio de Janeiro, pois sempre falta planejamento. É preciso pensar regionalmente — lembrou Vianna.

Procurada, a prefeitura de Quissamã não respondeu.

François Bremaeker, gestor do Observatório de Informações Municipais, considera boa, na teoria, a ideia de criar minifundos para guardar parte dos recursos do petróleo. Mas alerta para dois riscos: a descontinuidade política, com a alteração dos gestores a cada quatro anos, e a falta de competência técnica da administração municipal para elaborar e analisar projetos que poderiam ser beneficiados com os recursos dos minifundos.

— Guardar é sempre melhor que gastar. Mas nunca teremos a certeza de que os recursos serão bem empregados. Pode haver mudanças conforme o gestor e o calendário político. Além disso, os municípios já têm dificuldade de elaborar projetos para captar recursos da União, como no Ministério das Cidades. Essa dificuldade pode se estender à escolha dos projetos a serem financiados pelos fundos.

"É PRECISO CONTROLE EXTERNO"

O economista Istvan Kasznar, professor da FGV Ebape, lembra que é fácil colocar algo no papel, mas depois tudo pode ser desvirtuado.

— É preciso investir em sistemas de controle, de auditorias internas e externas. Além disso, os governos precisam pensar em alternativas além do petróleo.

Apesar das experiências ruins e das iniciativas em curso hoje, Cabo Frio também já estuda a criação de um fundo. Segundo Clésio Guimarães, secretário de Fazenda da cidade, como o foco da cidade é atrair empresas, a prefeitura está analisando as áreas disponíveis para criar um condomínio industrial de forma a gerar mais empregos: — Estamos pensando em criar um fundo, mas ainda está sob estudo, pois não há sobra atualmente.

Colaborou Danielle Nogueira

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Cidades dependem cada vez mais do petróleo**

Com finanças frágeis, prefeituras deveriam ter regra para gasto, dizem analistas

A dependência dos municípios fluminenses em relação à receita de petróleo deve aumentar a partir deste ano, não apenas por causa dos novos campos que vão entrar em produção e do preço do petróleo em alta. Também passa a valer este ano a regra de teto de gatos, que pode limitar os repasses da União às prefeituras por meio de convênios. Na avaliação de especialistas, as prefeituras deveriam igualmente adotar mecanismos de controle de despesas e ampliar a fiscalização da aplicação das receitas do petróleo para evitar os erros do passado. Das cidades que mais recebem royalties, duas (Campos e São João da Barra) tiveram déficit em 2016 e as demais estão com o orçamento no limite, com quase nenhuma sobra de caixa. Os dados de 2016 são os últimos disponíveis nos relatórios do Tesouro Nacional.

— O ideal seria que os recursos dos royalties ficassem concentrados na União e não fossem distribuídos em nível municipal, pois o preço do petróleo oscila muito. O governo federal consegue absorver melhor essa variação, pois tem uma arrecadação muito mais diversificada — diz Sergio Gobetti, pesquisador de finanças públicas do Ipea. — Mas, diante da legislação atual, as prefeituras deveriam ao menos adotar regras para controle de despesas. Quando ganhavam muito dinheiro dos royalties, elas aumentaram os gastos sem preocupação com futuro e, agora, têm dificuldade de fechar as contas.

A situação de fragilidade das contas públicas fluminenses resulta de três fatores: a recessão em que o país estava mergulhado até ano passado, que frustrou as receitas; a diminuição dos recursos do royalties, devido ao recuo no preço do petróleo; e a crise fiscal do estado. Os casos mais gritantes são de Campos e São João da Barra, que fecharam no vermelho em 2016. No caso de Campos, a enxurrada de royalties que a cidade recebia no passado pode ter levado a uma certa negligência da administração municipal na gestão da receita própria (arrecadação com IPTU e ISS), na avaliação de François Bremaeker, gestor do Observatório de Informações Municipais: — É comum as prefeituras descuidarem da cobrança do ISS e do IPTU quando o dinheiro que chega por outras vias é fácil, como o dos royalties. Muitos municípios também adotam políticas de benefícios fiscais para atrair investimentos, apoiando-se em outras receitas para fechar o orçamento e, quando essas receitas caem, as contas não fecham. É preciso aumentar a fiscalização.

PARTILHA DOS "ROYALTIES"

Entre os municípios que mais recebem royalties, os mais dependentes desses recursos são Maricá e São João da Barra. Em 2016, 44% da arrecadação de Maricá vieram do petróleo. A previsão para 2018 é que esse percentual chegue a 70%. Em São João da Barra, a fatia da receita atrelada aos royalties era de 37% há dois anos e deve chegar a 47% em 2018. Outras cidades que devem registrar aumento significativo da participação dos royalties no orçamento são Campos (de 14,9% para 31%) e Niterói (de 12,8% para 20%).

Diante do cenário positivo para o petróleo, os municípios que hoje recebem royalties devem se preparar para uma nova batalha no Supremo Tribunal Federal. A Confederação Nacional dos Municípios organiza um movimento para retomar a discussão sobre a lei que distribui os royalties, estendendo a partilha a todos os municípios do país. Aprovada em 2012, ela foi suspensa por liminar a pedido do Estado do Rio. No próximo mês, haverá uma marcha de prefeitos a Brasília que têm entre as reivindicações a revogação da liminar.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: Saem obras mirabolantes, entra custeio

Prefeituras fluminenses que vão receber recursos do petróleo sofrem com problemas de infraestrutura

-Rio, Maricá e Cabo Frio- De tapa-buraco a limpeza urbana, os planos das prefeituras que vão receber milhões em royalties nos próximos anos não têm como foco incentivar o desenvolvimento de seus municípios para, no futuro, lidar com a eventual queda nessas receitas, já que o petróleo é um recurso finito e o seu preço oscila no mercado internacional. Com as finanças em frangalhos, essas prefeituras vão destinar os recursos do petróleo a gastos de custeio. Saíram de cena as obras mirabolantes, como o piso de porcelanato na orla de Rio das Ostras que se tornou famoso na década passada. Agora, o dinheiro será usado para as atividades mais básicas.

— Utilizamos esses recursos para limpeza urbana e manutenção da cidade. Os royalties não são utilizados na previdência municipal — diz o secretário de Finanças de Angra dos Reis, José Carlos de Abreu.

A cidade, no Sul do Estado, foi um dos dez municípios que mais receberam royalties no ano passado, com R\$ 70,5 milhões. A previsão da prefeitura é arrecadar R\$ 81,1 milhões este ano.

RUAS ESBURACADAS

Em muitas cidades, mesmo com a alta recente na arrecadação com royalties, as deficiências de infraestrutura são visíveis. Em Cabo Frio, que também está entre as dez cidades do estado que mais receberam royalties e participações especiais em 2017, com R\$ 122 milhões, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), as ruas do bairro do Perú alternam buracos com falta de sinalização e ocupação irregular.

— O Perú conta com belas praias e está assim. Quem anda na estrada que leva a Búzios tem que se guiar por placas escritas pelos próprios moradores e comerciantes da região. A prefeitura alega que não tem dinheiro para fazer investimentos aqui. E aí só o Centro fica bom. É só para turista ver — diz o motorista Marcelo Abreu.

Em Maricá, município que viveu um boom de arrecadação com royalties desde o ano passado e hoje é o que mais recebe no Estado do Rio, com R\$ 746 milhões em 2017, segundo dados da ANP, o esgoto corre a céu aberto no bairro de Balneário Bela vista. A comerciante Amarilda Andrade, que mora no local, diz que sofre com dores de cabeça e enjoo e vê com tristeza crianças arriscarem a saúde brincando ao lado de dezenas de ratos.

— O cliente chega aqui no bar, começa a reclamar, e eu perco vendas. Horrível — afirma ela, acompanhada da vizinha Karla Castro.

Diante da escassez de investimentos básicos, os próprios moradores assumem a execução de algumas melhorias. Enquanto caminhava pela Lagoa de Jacaroá, em Maricá, o aposentado Alexandre Mayer lembrou que foram os próprios moradores que compraram um banco para instalar na margem de uma das principais lagoas da cidade.

— Mas há outros problemas, como o esgoto que é despejado na lagoa. Fizeram uma obra de drenagem de água pluvial, mas ficou horrível — diz Mayer.

Os casos relatados pelos moradores reforçam a avaliação de Karine Fragoso, gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan, de que é preciso maior disciplina nos gastos dos recursos do petróleo. Para ela, os municípios precisam se preparar para atender à maior demanda por infraestrutura: — Haverá maior demanda por mais serviços de utilidade pública, como saúde e segurança. É preciso disciplina nos gastos.

Alexandre Calmon, da Tauil & Chequer Advogados, diz que deveria haver uma discussão na sociedade sobre como usar os recursos dos royalties. Para ele, a decisão não pode ficar apenas nas mãos dos governantes: — O melhor

investimento é em educação, em tecnologia, no desenvolvimento de outras atividades econômicas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Leis limitam uso dos 'royalties'

Ao longo dos últimos 20 anos, a lei que rege o uso dos royalties do petróleo sofreu algumas modificações. A lei, de 1990, proibia usar o dinheiro para pagamento de dívidas. Mas, no início deste ano, o presidente Michel Temer sancionou um projeto de lei que autoriza o depósito de royalties diretamente nas instituições financeiras que concederam empréstimos a estados e municípios.

Sobre o petróleo produzido nos campos marítimos são cobrados 10% de royalties para estados e municípios confrontantes e limítrofes pelos impactos dessas atividades. Campos de alta produção pagam ainda uma outra compensação, chamada de participação especial.

O artigo 8º da lei n.º 7990/1990 diz que é "vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal". Mas o § 2º do artigo 8º prevê que os recursos "poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência". Já o Decreto 1/1991 diz que os recursos deverão ser aplicados "exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Janio de Freitas

Título: Bolsa sem valores

O NÚMERO de pessoas por moradia beneficiária do Bolsa Família é, na média, muito perto de cinco. Com diferentes alegações, o governo despejou do programa 330 mil famílias. São em tomo de 1 milhão e 600 mil pessoas, com destaque para crianças, que deixam de receber o Bolsa Família. Para os que preservados, os novos valores desse socorro são de R\$ 1,50 por dia para jovem e de R\$ 1,30 por dia para criança. A família pode receber diária de R\$2,83.

Pensar que a perda de tais valores é uma tragédia na subvida de 1,6 milhão de seres humanos inocentes, ingênuos, impotentes, é indignante. Desesperador,

sim. No quadro da pobreza, os 5% mais pobres perderam 38% do valor que ganhavam, devendo consolar-se porque os 10% mais ricos também perderam: 2,98%!

Esses são números do alarmante esboço estatístico de 2017 feito pelo IBGE. Ano em que Henrique Meirelles e Michel Temer acham ter conseguido, com a condução da economia, as condições para conquistar o próximo mandato presidencial.

Sua mais recente ideia, na liquidação do patrimônio público para aparentar contas eleitoreiras e agradar os privatistas, é vender a Infraero. Vender, portanto, meia centena de aeroportos e a participação em outros. Com o Santos Dumont escolhido para abrir a festa. Ideia menos esquisita quando se recorda que **Moreira Franco** cuidou de coisas assim na Secretaria de Aviação Civil. O que lhe proporcionou 34 citações de delatores na Lava Jato, a propósito de extorsão e suborno nas privatizações de aeroportos que conduziu.

Mas o que resta de esquisito na pretendida venda do Santos Dumont não é pouco. Trata-se, ali, também de área militar, com uso comum da infraestrutura aeronáutica por civis e pela FAB. Assim também em outros aeroportos listados para venda. Área de operações militares, porém, não pode ficar sob direção de conveniências comerciais particulares ou estrangeiras. A menos que a sanha de “negócios”, estimado o da Infraero em modestos e suspeitos R\$ 15 bilhões, pretenda vender também pedaços da FAB.

Por falar em compra e venda de bens (e pessoas), o deslocamento do mesmo Moreira Franco para conduzir a venda da Eletrobrás, como ministro das Minas e Energia, contribui para a defesa de Lula. Pela segunda vez, Temer dá um ministério a Moreira Franco para livrá-lo, às pressas, das garras curitibanas. Diante disso, Sergio Moro, procuradores da Lava Jato, Procuradoria-Geral da República, todos, passam-se por esquecidos do que, em certa ocasião, consideraram “obstrução da justiça”. Sem cerimônia de até adotar ilegalidades para impedir certa nomeação que também lhes tirava uma presa.

Os cuidados seletivos são admiráveis. Caixa dois, dinheiro não declarado nas doações e nos gastos da campanha, contém vários crimes em uma só prática. Duas de suas destinações comuns são a compra de votos, por meio dos cabos eleitorais, e os bolsos do candidato e de dirigentes da campanha. Cobrem até gastos de campanha verdadeiros. Mas a diferença que importa é outra: qual era a campanha?

Geraldo Alckmin não mostrou afligir-se quando, perdido o foro privilegiado, o processo sobre acusação de um caixa dois seu, de quase R\$ 11 milhões, subiu um degrau no Judiciário. Acalma tinha antecedente. Não bastando que o

processo fosse mandado para a Justiça Eleitoral de São Paulo, logo foi designado para orientá-lo, pelo Ministério Público, um ex-assessor do governo Alckmin. Os outros casos de caixa dois foram para a Lava Jato, e dados aí como crimes comuns, suborno, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha. Nada como o PSDB, diz o livre Aécio — não aos seus botões, aos seus milhões.

Os dados que o IBGE apurou sobre 2017, portanto, vêm da coerência nacional a que Henrique Meirelles e Michel Temer servem com dedicação. E esperam retribuição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Despesas básicas sobem mais que a inflação e tiram R\$ 14,5 bi do consumo

Orçamento familiar. Aumento de preços como o da gasolina, energia elétrica e gás de cozinha fez com que a renda disponível para consumo caísse de 45,6% para 43,76% desde 2015; recuo está entre os fatores que inibem o ritmo da recuperação econômica

A escalada dos preços da energia elétrica e da gasolina, acima da inflação, tem corroído o orçamento das famílias brasileiras, apesar do aumento da massa salarial. De janeiro de 2015 para cá, o percentual de renda disponível - depois do pagamento de despesas essenciais - caiu quase dois pontos percentuais, de 45,6% para 43,76%. É o menor patamar desde 2009. Isso significa que o brasileiro poderia estar consumindo, a mais, algo em torno de R\$ 14,5 bilhões.

Levantamento da Tendências Consultoria Integrada mostra que a despesa que mais avançou sobre o orçamento do brasileiro foi a gasolina, que subiu de 4,86% para 5,6% no período. O resultado é reflexo especialmente da nova política de preços da Petrobrás, que agora repassa de forma imediata o sobe e desce do petróleo no mercado internacional.

De meados do ano passado até o início deste ano, o preço do combustível na bomba subiu 19,5%. Em janeiro de 2015, o litro da gasolina era vendido a um preço médio de R\$ 3,032 no País; neste mês, o valor está em R\$ 4,219, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A conta de luz seguiu a mesma trajetória. O peso na renda das famílias subiu de 2,94% para 3,44%. O agravante é que até o fim do ano a participação no orçamento vai aumentar ainda mais, segundo projeções da Tendências: deve subir para 3,89%. A explicação está nas estimativas da Agência Nacional de

Energia Elétrica (Aneel), que prevê reajuste médio acima de 10% nas contas neste ano.

Em alguns casos, a alta deve superar a casa dos 20% por causa da entrada em operação de usinas térmicas para compensar os reservatórios baixos das hidrelétricas. O orçamento das famílias, segundo a Tendências, só não está mais apertado porque o arrefecimento dos preços dos alimentos tem compensado parte do aumento da conta de luz, da gasolina, do gás de cozinha, dos planos de saúde e da educação.

Além disso, a renda do trabalho voltou a crescer em 2017 e continua ascendente, diz a analista da Tendências, Isabela Tavares. Na prática, a queda dos percentuais representa um freio para a retomada da economia. O ritmo do avanço do consumo poderia estar maior, diz o economista Adriano Pitoli, sócio da Tendências. Ele destaca que, para ajustar os aumentos à renda, o brasileiro acaba reduzindo o consumo de bens e serviços considerados supérfluos, como vestuário e bens duráveis. Em fevereiro, as vendas do varejo caíram 0,2% - o pior resultado para o mês desde 2015 -, e um sinal de que a recuperação será mais lenta do que se esperava.

Em três anos, o peso de quase todos os itens essenciais aumentou no orçamento das famílias. As exceções foram alimentos, cuja participação caiu de 16,15% para 15,8%, e telecomunicações, de 4,20% para 3,64%

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta - BRASÍLIA

Título: Transposição custará R\$ 800 mi ao ano

Ministério da Transparência diz que se projeto de transposição do Rio São Francisco não se autossustentar conta será paga pelo Tesouro

O uso das águas da transposição do Rio São Francisco pode custar R\$ 800 milhões ao ano e não há certeza sobre quem pagará essa conta. A menos que seja desenvolvido um modelo de negócio que torne o projeto autossustentável, o risco é que a fatura recaia sobre o Tesouro Nacional. Ou que a água chegue muito cara ao consumidor do Nordeste. É o que diz um relatório elaborado pelo Ministério da Transparência.

Esse valor se refere, principalmente, ao custo da energia elétrica gasta para bombear a água pelos canais. Em teoria, a conta é dos Estados beneficiados: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Mas, dada a crise fiscal enfrentada pelo setor público, há dúvida se eles conseguiriam arcar com a

despesa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estuda formas de o projeto gerar receitas que ao menos minimizem esse custo.

"Houve falta de planejamento estruturado", disse o diretor de Auditoria de Infraestrutura da CGU, Daniel Caldeira. "Foi dado foco demais na obra e questões relativas a serviços de operação e manutenção não ganharam a devida atenção."

A obra já consumiu R\$ 9 bilhões e gastará outros R\$ 11 bilhões até sua conclusão. A operação e manutenção do projeto pode ser mais cara do que a obra, alertou o diretor. Em teoria, o empreendimento precisa ser autossustentável. A determinação do governo é não aportar subsídios nela. Mas essa premissa, diz o relatório, pode não ser realista. "A interpretação rígida dessa premissa levaria à conclusão lógica de se abandonar uma obra de custo monumental e de significativo impacto no desenvolvimento regional caso se revelasse como não sustentável." O governo já avaliou algumas alternativas para dar sustentabilidade ao projeto. Por exemplo, vender os excedentes de água que não forem utilizados pelos quatro Estados. Segundo o relatório, a Agência Nacional de Águas (ANA) se mostrou favorável. Porém, a discussão não está concluída. O Ministério da Integração Nacional preferiu centrar esforços em outra frente: o início da operação comercial.

Outro lado. Questionado, o Ministério da Integração Nacional informou que deu prioridade às obras para atender à população que estava em risco de colapso de abastecimento. Em 2017, foi possível levar água a Monteiro e ao reservatório de Boqueirão, na Paraíba, evitando que 1,5 milhão de pessoas de Campina Grande ficassem sem água.

"As questões ligadas à operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) sempre foram tratadas com a mesma prioridade em relação à execução do empreendimento", afirma a pasta. Ela explica que esse custo é de responsabilidade dos Estados.

Entre as alternativas em estudo para viabilizar o projeto, estão o estabelecimento de uma parceria público-privada e a implantação de sistemas solares fotovoltaicos que possam suprir a demanda energética do Projeto São Francisco.

MME / ASCOM .